

AUDITOR FISCAL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível **retirar-se da sala levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

MÓDULO I - CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Leia com atenção o fragmento de texto a seguir.

Era uma vez um poderoso rei chamado Marcus, que vivia em um majestoso castelo ao norte de Berlim. O rei tinha uma corte de valorosos cavaleiros que se reuniam numa sala de espelhos cada vez que tinham que deliberar sobre os assuntos mais importantes do reino.

Sobre a significação ou estruturação desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O primeiro período do texto identifica um personagem da narrativa, mostrando-o como poderoso e cruel.
- (B) A localização precisa do castelo se justifica pela necessidade de futuras referências no texto.
- (C) A segunda vez em que o rei é mencionado, muda-se o artigo “um poderoso rei” para “o rei”, porque já se trata de personagem conhecido pelo leitor.
- (D) A referência a uma “sala de espelhos” acrescenta informações de caráter fantástico, certamente caracterizador da história narrada.
- (E) Pelas informações e dados fornecidos ao leitor, podemos incluir o texto entre as narrativas históricas.

2

Assinale a frase em que o termo sublinhado se refere a algo expressamente mencionado antes.

- (A) Um incêndio reduz a capa vegetal dos morros. As árvores ficam reduzidas a esqueletos patéticos.
- (B) Um jornal é uma forma de parcelar a realidade. Assim, a política nacional, a cultura e os espetáculos nada mais são do que fragmentos de nossa vida diária.
- (C) Um presente que sempre está em voga é a roupa. Esta temporada, os gurus da moda recomendam manga curta.
- (D) A igreja estava cheia; os fiéis se acumulavam nos corredores laterais do templo.
- (E) Os turistas vagavam pela praça central da cidade e, em pouco tempo, os viajantes se cansavam de andar.

3

Leia com atenção o fragmento de texto a seguir.

Tenho-me impressionado sempre de ver quão pouco os adultos compreendem as crianças e de como os próprios pais não compreendem os seus filhos. Nada deve ser escondido das crianças com o pretexto de que são pequenas e de que ainda é cedo demais para compreenderem. (Dostoiévski)

Sobre esse fragmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) As orações sublinhadas no texto dizem a mesma coisa com palavras diferentes.
- (B) Apesar de estarem ligadas pela conjunção aditiva E, a segunda oração tem sentido adversativo em relação à anterior.
- (C) O segundo período do texto indica uma consequência em relação ao período precedente.
- (D) Os argumentos apresentados que justificam esconder algo das crianças pertencem argumentativamente ao autor do texto.
- (E) Os termos “próprios” (os próprios pais) e “seus” (os seus filhos) são dispensáveis na escritura do texto.

4

Leia o fragmento de texto a seguir.

É esse o maior perigo que hoje ameaça a civilização: a estatização da vida, o intervencionismo do Estado, a absorção de toda espontaneidade social pelo Estado; quer dizer, a anulação da espontaneidade histórica, que afinal de contas sustenta, alimenta e impulsiona os destinos humanos. (Ortega y Gasset)

Sobre a estruturação ou significação desse fragmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pronome demonstrativo *esse*, no início do texto, deveria ser substituído por *este*, já que exemplifica uma catáfora.
- (B) O termo *hoje* tem seu significado dependente do momento em que o texto é lido.
- (C) O termo “o intervencionismo do Estado” se opõe semanticamente ao termo anterior “a estatização da vida”.
- (D) A expressão “quer dizer” indica que a seguir será feita uma enumeração, como, de fato, ocorre.
- (E) Segundo o autor do texto, a estatização contraria os princípios religiosos, que sempre conduziram os destinos humanos.

5

Um crítico escreveu o fragmento de texto a seguir.

Hoje em dia a literatura universal em toda a sua infinita variedade está cada vez mais suplantada pelos estereótipos relativamente pouco numerosos e grossos de Hollywood, do rádio e da televisão; e milhões de jovens recebem suas noções de amor e valor, de medo e de ira, de proezas indiscriminadas e indiferentes de ídolos efêmeros, cujas medidas de corpo são amplamente consideradas mais importantes do que sua evidente falta de qualquer talento para descrever emoções.

Sobre a estruturação e a significação desse fragmento textual, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto compara os jovens de épocas passadas e atuais, com vantagem para aqueles.
- (B) Infere-se do texto que, antes da época atual, a literatura era responsável pela difusão de qualidades entre os jovens.
- (C) Nos ídolos atuais, segundo o texto, predomina o aspecto intelectual sobre o estético.
- (D) O texto pretende fundamentalmente criticar os modelos literários atuais como vazios e ignorantes.
- (E) O texto também dirige críticas ao estado atual da literatura, abandonada pelos jovens em função de sua perda de valores.

6

Leia o fragmento de texto a seguir.

Aprendamos do céu o estilo da disposição, e também o das palavras. Como hão de ser as palavras? Como as estrelas. As estrelas são muito distintas e muito claras... O estilo pode ser muito claro e muito alto: tão claro que o entendam os que não sabem, e tão alto que tenham muito que entender nele os que sabem. (Padre Antônio Vieira)

Sobre a estruturação ou significação desse fragmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Segundo Vieira, o estilo textual deve também ter a função de selecionar os leitores.
- (B) A importância das estrelas no céu e sua clareza justificam a comparação com as palavras, feita no texto.
- (C) A comparação figurada utilizada no texto aparece devidamente justificada.
- (D) O fragmento do texto após os dois pontos tem a função de resumir as suas ideias básicas.
- (E) Vieira, seguindo o conselho dado no próprio texto, escreve exclusivamente com linguagem lógica (não figurada) para que a expressão fique clara.

7

Leia com atenção o seguinte fragmento textual.

Ninguém ousa dizer adeus aos próprios hábitos. Muitos suicidas se detiveram no limiar da morte ao pensarem no café aonde vão jogar todas as noites sua partida de dominó. (Balzac)

Acerca da significação ou estruturação desse texto, avalie as afirmativas e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () o primeiro período do texto mostra uma afirmação de caráter universal, fruto da opinião do enunciador.
- () o segundo período do texto desempenha a função de demonstração do que foi afirmado antes.
- () o pronome possessivo “sua” mostra a ideia de posse em relação ao jogo de dominó.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

8

Leia a frase a seguir.

Ele comprou aquele carro velho, mas é porque cismou com o calhambeque.

Sobre a significação ou a estruturação dessa frase, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O verbo ser (é) está no lugar da oração anterior.
- (B) *Carro velho* é repetido pelo termo *calhambeque*.
- (C) A palavra *calhambeque* tem valor afetivo na frase.
- (D) O pronome demonstrativo *aquele carro velho* se refere a algo não explicado no texto.
- (E) O pronome *Ele* não aparece repetido na frase, mas está implícito na forma verbal *cismou*.

9

Leia o fragmento textual a seguir.

Se escrevo é primeiro porque amo os homens. Tudo vem disso pra mim. Amo e por isso é que sinto essa vontade de escrever, me importo com os casos dos homens, me importo com os problemas deles e necessidades. Depois escrevo por necessidade pessoal. Tenho vontade de escrever e escrevo. (Isto é pro caso dos versos). Mas mesmo isto psicologicamente pode ser reduzido a um fenômeno de amor, porque ninguém escreve para si mesmo a não ser um monstro de orgulho. A gente escreve para ser amado, pra atrair, encantar etc.

(Mário de Andrade em carta a Manuel Bandeira).

Sobre a significação ou estruturação do fragmento textual acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) A motivação maior do escritor são os problemas sociais.
- (B) Apesar de escrito, mostra marcas da língua falada.
- (C) O último período serve de resumo integral de tudo o que foi expresso anteriormente.
- (D) O escritor escreve independentemente de ser aceito ou não pelo público leitor.
- (E) O segmento “Tenho vontade de escrever e escrevo” mostra o orgulho de escrever do autor do texto.

10

Leia o fragmento de texto a seguir.

Se desejei alguma coisa neste mundo foi ser escritor. Ser escritor como uma forma superior de vida, assim como o monaquismo e o sacerdócio. Ser escritor será, talvez, mais uma posição diante da vida que uma realização exterior, extrínseca ao homem. [...] Literatura é uma forma de conhecimento e uma forma de comunicação. Um testemunho, para que a vida e a morte não sejam em vão. Encaro a literatura como uma vitória sobre o tempo e a morte.

(VILLAÇA, Antônio Carlos. In *Quando eu chegar ao céu*.)

A partir do fragmento, assinale a opção que indica, corretamente, a função da Literatura.

- (A) Destacar a superioridade dos valores literários sobre os demais tipos de textos.
- (B) Demonstrar que a escrita tem valor permanente, superando o tempo e o espaço.
- (C) Indicar valores permanentes, preservando-os contra as mudanças políticas e sociais.
- (D) Mostrar o valor político-cultural dos textos produzidos, importantes para a cultura nacional.
- (E) Apontar a arte como o caminho para a preservação dos textos contra a passagem de tempo.

Raciocínio Lógico-Matemático

11

Em uma mesma manhã, um ônibus deixou a cidade **A** às 6 horas e chegou à cidade **B** às 10 horas, e outro ônibus deixou a cidade **B** às 9 horas e chegou à cidade **A** às 11 horas.

Ambos os ônibus foram de uma cidade a outra pela única estrada que as conecta.

Se as velocidades desses veículos se mantiveram constantes durante todo o percurso, eles passaram um pelo outro às

- (A) 9 horas e 10 minutos.
- (B) 9 horas e 12 minutos.
- (C) 9 horas e 15 minutos.
- (D) 9 horas e 20 minutos.
- (E) 9 horas e 24 minutos.

12

Uma autarquia promoveu um Programa de Desligamento Voluntário (PDV).

Entre os servidores habilitados a aderir ao PDV, 25% dos homens e 10% das mulheres pediram desligamento, totalizando 18 servidores, o que representava 20% do grupo inicialmente apto ao acordo.

O número de mulheres entre os servidores habilitados a aderir ao PDV era

- (A) 10.
- (B) 20.
- (C) 30.
- (D) 40.
- (E) 50.

13

Sejam P , Q e R proposições lógicas simples que compõem a seguinte estrutura proposicional:

$$(P \odot \neg P) \wedge [Q \rightarrow (Q \otimes R)]$$

em que $\odot$ e $\otimes$ representam conectivos lógicos ocultos e $\neg$ P representa a negação de P .

Sabe-se que tal estrutura proposicional é uma tautologia, isto é, seu valor lógico é sempre verdadeiro quaisquer que sejam os valores lógicos individuais de P , Q e R .

Os conectivos ocultos por $\odot$ e $\otimes$ são, respectivamente,

- (A) $\vee$ e $\vee$
- (B) $\vee$ e $\wedge$
- (C) $\wedge$ e $\vee$
- (D) $\rightarrow$ e $\wedge$
- (E) $\rightarrow$ e $\vee$

14

Milton e Jonas fazem parte dos 320 participantes de uma competição. Todos tiveram seus resultados ranqueados, do 1º colocado ao último, sem que houvesse empates.

Nessa lista, entre Milton e a pessoa que ocupa a 2ª colocação, há outras 25 pessoas. Jonas é o 71º colocado se a lista for lida de trás para frente.

A quantidade de competidores que foram ranqueados entre Milton e Jonas é igual a

- (A) 220.
- (B) 221.
- (C) 222.
- (D) 223.
- (E) 224.

15

Geraldo entrou em uma loja de ferragens no interior do Paraná para comprar parafuso, porca e prego. Geraldo pagou com uma moeda de R\$ 1,00 e recebeu exatamente duas moedas de troco.

Nessa loja, um parafuso, uma porca e um prego custam, respectivamente, R\$ 0,25, R\$ 0,20 e R\$ 0,15 por unidade. Geraldo comprou, ao menos, uma unidade de cada item.

Se as duas moedas recebidas de troco têm valores diferentes, assinale a opção que indica a quantidade total de itens adquiridos por Geraldo.

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

16

Lúcia tem uma mesa em sua sala. Sobre essa mesa, estão duas esferas.

Lúcia verifica que a distância do piso horizontal da sala ao ponto mais alto da primeira esfera, que repousa diretamente sobre a mesa, é 120 cm. Em seguida, Lúcia coloca a outra esfera no chão, debaixo da mesa, e verifica que a distância do tampo horizontal da mesa ao ponto mais alto da segunda esfera é de 40 cm.

Se a diferença entre os raios das esferas é 12 cm e a espessura do tampo da mesa é desprezível, é correto concluir que a menor das esferas tem raio igual a

- (A) 14 cm.
- (B) 15 cm.
- (C) 16 cm.
- (D) 17 cm.
- (E) 18 cm.

17

Um arquiteto projetou uma escada que leva do térreo (base da escada) ao primeiro pavimento de um prédio (topo da escada).

Ele percebeu que, para ir da base ao topo, se pudesse subir a escada a um ritmo de

- 3 degraus por passo, precisaria dar n passos;
- 4 degraus por passo, precisaria dar p passos;
- 6 degraus por passo, precisaria dar q passos;
- 12 degraus por passo, precisaria dar r passos.

Se os valores de n , p , q e r , nessa ordem, são os quatro primeiros termos de uma progressão aritmética em que o décimo termo vale -20 , a quantidade total de degraus dessa escada é um número entre

- (A) 40 e 44.
- (B) 45 e 49.
- (C) 50 e 54.
- (D) 55 e 59.
- (E) 60 e 64.

18

Em uma caixa há N bolas. Cada bola tem cor única. Sorteando-se ao acaso uma dessas bolas, sua cor só pode ser azul, branca ou vermelha.

Se uma bola azul for removida da caixa, a probabilidade de que uma segunda, sorteada ao acaso entre as $N - 1$ bolas remanescentes, seja branca passa a ser 25%.

Se uma bola branca for removida da caixa, a probabilidade de que uma segunda, sorteada ao acaso entre as $N - 1$ bolas remanescentes, seja vermelha passa a ser 45%.

Se uma bola vermelha for removida da caixa, a probabilidade de que uma segunda, sorteada ao acaso entre as $N - 1$ bolas remanescentes, seja azul passa a ser 35%.

O valor de N é um número entre

- (A) 40 e 44.
- (B) 35 e 39.
- (C) 30 e 34.
- (D) 25 e 29.
- (E) 20 e 24.

19

Durante uma viagem, sete amigos (A, B, C, D, E, F e G) reservaram três quartos diferentes de um mesmo hotel. Um desses quartos foi reservado para três pessoas e os demais, para duas pessoas cada. Duas possíveis distribuições distintas dos amigos pelos quartos são:

Quarto 1: AEF Quarto 2: BG Quarto 3: CD

Quarto 1: AEF Quarto 2: DC Quarto 3: GB

A quantidade total de possíveis distribuições distintas dessas sete pessoas nesses quartos é

- (A) 35.
- (B) 105.
- (C) 120.
- (D) 210.
- (E) 225.

20

Para a impressão de um manual, foi utilizado um total de 20 folhas no formato A4. Depois de impressas, essas folhas foram sobrepostas, dobradas ao meio e grampeadas, de modo que as páginas do manual se apresentam numeradas, em sequência crescente, de 1 a 80.

Nesse manual, a página 63 está na mesma folha em que se encontra a página

- (A) 15.
- (B) 16.
- (C) 17.
- (D) 20.
- (E) 21.

Administração Pública

21

Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático, a burocracia estatal passou por uma transformação que desafia estruturas hierárquicas tradicionais, buscando maior flexibilidade, eficiência e adaptação às complexidades do mundo contemporâneo.

Sobre a origem histórica da *dominação racional-legal*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Era legitimada pela devoção popular a líderes carismáticos, com forte apelo emocional e afetivo.
- (B) Inspirou-se na forma de organização da Igreja e do exército prussiano, destacando-se pela hierarquia e disciplina.
- (C) Desenvolveu-se a partir dos modelos de gestão adotados por grandes corporações privadas, na era contemporânea.
- (D) Teve como base os valores do capitalismo norte-americano do século XX, especialmente a competitividade e a inovação.
- (E) Derivou-se exclusivamente da tradição das monarquias absolutistas europeias, sustentadas pela autoridade divina dos reis.

22

Na construção de agendas públicas, os problemas podem ser classificados conforme a tendência de sua evolução ao longo do tempo, sendo categorizados como súbitos, incrementais, em declínio, estáveis ou cíclicos.

Assinale a opção que apresenta corretamente a *classificação do problema público apresentado*.

- (A) O aumento repentino do desemprego durante uma pandemia é um exemplo de *problema cíclico*, pois acontece de tempos em tempos.
- (B) A descoberta de um grande escândalo de corrupção, que repentinamente mobiliza a opinião pública, é um exemplo de *problema súbito*.
- (C) A precariedade das calçadas nas cidades brasileiras é um exemplo de *problema em declínio*, pois está sendo progressivamente resolvido.
- (D) A melhoria do saneamento básico nas grandes cidades é um exemplo de *problema estável*, pois permanece constante na agenda pública.
- (E) O aumento da poluição do ar em função da industrialização repentina é um exemplo de *problema cíclico*, pois aparece somente no verão.

23

A governança pública reforça a importância do controle social e da cidadania ativa ao promover a transparência e a coprodução das políticas públicas, reconhecendo o cidadão como um ator de direitos capaz de intervir e contribuir diretamente nas decisões e ações do Estado.

Nesse contexto, os dados abertos governamentais são instrumentos fundamentais para viabilizar essa participação. No entanto, a Administração Pública ainda enfrenta desafios importantes nesse processo.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses desafios.

- (A) Falta de desafios técnicos, sendo a única barreira a ausência de legislação específica sobre dados abertos.
- (B) Acesso irrestrito aos dados por qualquer cidadão, o que torna desnecessária a infraestrutura tecnológica.
- (C) Alta padronização e excesso de uso dos dados por parte da sociedade civil, dificultando sua atualização.
- (D) Alto engajamento de órgãos de controle e sociedade civil, o que gera sobrecarga na gestão dos dados abertos.
- (E) Resistência organizacional, baixa qualidade e padronização dos dados, além da limitada infraestrutura tecnológica.

24

A governança pública compreende um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente *princípios da governança pública*.

- (A) Capacidade de resposta, integridade e transparência.
- (B) Meritocracia, inovação e descentralização federativa.
- (C) Efetividade, imparcialidade política e controle externo.
- (D) Sustentabilidade, economicidade e estabilidade política.
- (E) Eficiência, estabilidade política e neutralidade orçamentária.

25

A partir das inovações implementadas no Brasil nas áreas de transparência e acesso à informação, é possível identificar fatores que influenciam tanto a incidência da corrupção quanto a qualidade das políticas públicas.

Assinale a opção que apresenta corretamente essa relação.

- (A) A transparência e o acesso à informação aumentam o sigilo institucional, dificultando a participação social.
- (B) A fiscalização da sociedade civil compromete a autonomia da Administração Pública e fragiliza suas decisões.
- (C) O controle social, aliado à transparência, contribui para reduzir a corrupção e qualificar a gestão das políticas públicas.
- (D) A cultura de sigilo e a baixa participação cidadã são fatores que promovem maior eficiência e integridade nas políticas públicas.
- (E) A existência de normas como a Lei de Acesso à Informação é suficiente para eliminar práticas de corrupção na Administração Pública.

26

A crescente atuação de entidades privadas na execução de serviços públicos reforça a necessidade de estratégias de integridade que considerem os riscos de corrupção nas interações entre Estado e setor privado.

No contexto da prestação de serviços públicos por entidades privadas, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma abordagem estratégica de *integridade*.

- (A) A fiscalização formal dos contratos administrativos é suficiente para eliminar os riscos de corrupção nas parcerias público-privadas.
- (B) A descentralização dos serviços públicos reduz a necessidade de mecanismos de integridade, pois minimiza a atuação direta do Estado.
- (C) O aumento da participação do setor privado na prestação de serviços públicos diminui a exposição a práticas corruptas, ao transferir a responsabilidade integral ao parceiro privado.
- (D) A corrupção, por afetar apenas os agentes econômicos envolvidos, tem impacto limitado sobre o ambiente de negócios e sobre a qualidade dos serviços prestados à população.
- (E) A adoção de regras específicas de integridade, prevenção de conflitos de interesse e uso de tecnologias para transparência são medidas essenciais para mitigar riscos em ambientes de interação entre público e privado.

Análise de Dados: Conceitos e Aplicações

27

Um conjunto de 36 idades de funcionários de uma sociedade empresária tem média 42 e mediana 41. Quatro novos funcionários serão incorporados ao grupo. As idades desses quatro são 38, 38, 42 e 50.

Em relação aos novos valores da média e da mediana desse grupo de 40 funcionários, assinale a afirmativa correta.

- (A) A nova média é 42,5, e a nova mediana continua igual a 41.
- (B) A nova média é 42,5 e a nova mediana é 41,2.
- (C) A nova média continua igual a 42 e a nova mediana continua igual a 41.
- (D) A nova média continua igual a 42 e nada se pode afirmar acerca do valor da nova mediana.
- (E) Nada se pode afirmar acerca dos valores da nova média e da nova mediana.

28

Os dados a seguir são as médias e os desvios padrões de cinco diferentes amostras de salários (em reais).

Amostra nº	Média (R\$)	Desvio padrão (R\$)
1	3.200,00	800,00
2	2.500,00	500,00
3	10.000,00	1.000,00
4	4.000,00	800,00
5	5.000,00	800,00

A amostra de maior coeficiente de variação é a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

29

Um grupo é constituído por 12 mulheres e 8 homens. Se 3 pessoas diferentes forem sorteadas aleatoriamente para compor um subgrupo de trabalho, a probabilidade de que todos os sorteados sejam mulheres é aproximadamente igual a

- (A) 15%.
- (B) 19%.
- (C) 23%.
- (D) 27%.
- (E) 31%.

30

Se X é uma variável aleatória com média 100 e variância 100, então a seguinte variável tem distribuição de probabilidades com média 0 e variância 1:

- (A) $\frac{(X-100)}{100}$
 (B) $\frac{(100-X)}{100}$
 (C) $\frac{(X-10)}{10}$
 (D) $\frac{(X-50)}{100}$
 (E) $\frac{(X-100)}{10}$

31

Assinale a opção que melhor descreve o principal *objetivo da transformação de dados*.

- (A) Armazenar dados em seu formato bruto original para preservar a integridade.
 (B) Converter dados de um formato ou estrutura para outro, a fim de adequá-los para análise ou uso em diferentes sistemas.
 (C) Coletar dados de diversas fontes sem realizar nenhuma modificação.
 (D) Excluir dados redundantes somente para reduzir o tamanho do banco de dados.
 (E) Avaliar e monitorar a qualidade, o desempenho e outras características dos dados.

32

Um servidor público de um órgão previdenciário, após analisar um conjunto de dados sobre benefícios concedidos, percebeu uma ampla variação nos valores e nas características dos beneficiários. Para organizar melhor essas informações, ele precisa agrupar os beneficiários conforme seus perfis, permitindo uma análise mais precisa e a implementação de políticas específicas para cada grupo.

Assinale a opção que contém o algoritmo mais apropriado para realizar a tarefa acima.

- (A) Dijkstra.
 (B) PCA.
 (C) LSTM.
 (D) K-means.
 (E) ARIMA.

33

Assinale a opção que apresenta o gráfico mais adequado para identificar a presença de valores atípicos (*outliers*) em uma variável numérica durante a Análise Exploratória de Dados.

- (A) Gráfico de barras.
 (B) Gráfico de dispersão.
 (C) Histograma.
 (D) Boxplot.
 (E) Mapa de calor.

34

Uma empresa contratou um analista de dados para realizar o tratamento de suas bases de dados.

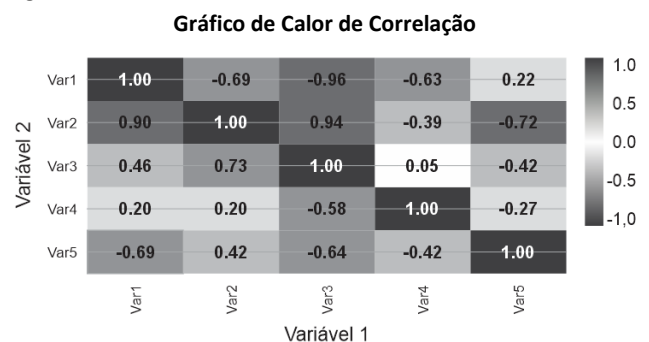
Em um primeiro contato com essas bases, o analista utilizou uma técnica de remodelagem para resumir os dados, agrupando-os e aplicando funções como soma, média, contagem, máximo ou mínimo.

Assinale a opção que indica a técnica que foi utilizada pelo analista de dados.

- (A) Pivotamento.
 (B) Derretimento.
 (C) Agregação.
 (D) Junção.
 (E) Normalização.

35

Analise o gráfico de calor da correlação entre cinco variáveis, a seguir.



Com base nas cores e valores do gráfico, assinale a afirmativa que melhor descreve a relação entre as variáveis.

- (A) Var1 e Var5 têm a correlação negativa mais forte.
 (B) Var3 e Var4 têm uma correlação positiva moderada.
 (C) Var1 e Var3 têm a correlação negativa moderada.
 (D) Var4 e Var5 têm correlação negativa forte.
 (E) Var2 e Var3 têm uma forte correlação positiva.

36

Sobre o conceito de *Business Intelligence*, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Esta tecnologia gera consultas que alimentam relatórios para ajudar a gestão da empresa a tomar decisões mais informadas.
 () É um ambiente onde uma vasta quantidade de dados de vários tipos e estruturas pode ser ingerida, armazenada, avaliada e analisada, fornecendo um local central de armazenamento para dados brutos, com o mínimo de transformação, se houver.
 () Um de seus objetivos é permitir o acesso interativo (muitas vezes em tempo real) aos dados, possibilitando a manipulação das informações e oferecendo aos usuários a capacidade de realizar análises apropriadas.
 () Consiste no armazenamento de dados confidenciais de forma criptografada, garantindo assim a segurança contra acesso não autorizado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – F.
 (B) F – F – F – V.
 (C) V – F – V – F.
 (D) F – V – V – F.
 (E) V – V – V – V.

MÓDULO II - CONHECIMENTOS JURÍDICOS

Direito Administrativo

37

Em fevereiro de 2025, Matheus, que exerce função pública no âmbito do Estado *Alfa*, em razão de contratação temporária, agindo com culpa, de forma negligente, revelou à terceira pessoa, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida econômica capaz de afetar o preço de determinadas mercadorias, em especial alimentos perecíveis.

Ao tomar conhecimento dos fatos, João, representante do Ministério Público, passou a estudar as medidas que podem ser adotadas em detrimento de Matheus.

Em relação ao cenário descrito, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que Matheus

- (A) não responderá por ato de improbidade administrativa, já que não é considerado agente público para os fins de responsabilização pela legislação de regência.
- (B) responderá por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (C) não responderá por ato de improbidade administrativa, já que não agiu com dolo, atuando de forma negligente.
- (D) responderá por ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (E) responderá por ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

38

João, agente público no Estado *Alfa*, foi designado para atuar em uma comissão de contratação. Desta forma, com o objetivo de melhor conhecer a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o referido servidor público passou a estudar a temática, deparando-se com o seguinte conceito:

Documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter, entre outros, os seguintes parâmetros e elementos descritivos: definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas; descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto; requisitos da contratação; modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, se está diante do conceito de

- (A) termo de referência.
- (B) credenciamento.
- (C) pré-qualificação.
- (D) projeto básico.
- (E) anteprojeto.

39

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Registre-se que o tratamento de dados pessoais poderá ser realizado, entre outras hipóteses, mediante o consentimento pelo titular.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação.
- () Caso o consentimento seja fornecido por escrito, esse deverá constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais.
- () O consentimento poderá referir-se tanto a finalidades determinadas quanto a autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – F.

40

Segundo o Estatuto dos Auditores Fiscais da Coordenação da Receita do Estado do Paraná, considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 131/2010, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Solicitar auxílio das autoridades, agentes administrativos e policiais do Estado, civis e militares, salvo para efeitos de busca e apreensão de elementos de prova de infração à legislação tributária, caso em que se exige autorização judicial.
- II. Requisitar das autoridades competentes certidões, informações e execução das diligências necessárias ao desempenho de suas funções.
- III. Ser cientificado pessoalmente dos atos e termos dos processos em que seja parte interessada.

Sobre as prerrogativas funcionais asseguradas ao Auditor Fiscal, no exercício de seu cargo, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

41

Lucas, agente público estável do Estado do Paraná, que se encontrava em disponibilidade, retornou ao exercício de cargo público de natureza e remuneração compatíveis com as do cargo anteriormente ocupado.

Considerando as disposições da Lei Estadual nº 6.174/1970, assinale a opção que indica a modalidade de provimento de cargo manifestada no cenário apresentado.

- (A) Aproveitamento.
- (B) Reintegração.
- (C) Readaptação.
- (D) Remoção.
- (E) Reversão.

42

A Portaria SGD/MGI nº 750/2023 foi editada para estabelecer um modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de *software*, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp) do Poder Executivo Federal.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Anexo I da Portaria SGD/MGI nº 750/2023, avalie as afirmativas a seguir.

- I. *Software* de atividade-meio é o processo que transforma requisitos, arquitetura e *design*, incluindo interfaces, em ações que criam um elemento ou componente de *software* de acordo com as práticas de codificação previamente estabelecidas, usando técnicas, especialidades ou disciplinas de desenvolvimento de *software*. Esse processo resulta em um *software* que segue uma arquitetura e *design* estabelecidos.
- II. Produto de *software* ou *software* é o conjunto de programas, procedimentos, rotinas ou *scripts*, componentes, *Application Programming Interface* (API), *webservices*, incluindo os dados e a documentação associada.
- III. *Backlog* do produto é utilizado para apoio de atividades de gestão ou administração operacional, como, por exemplo, *softwares* de recursos humanos, ponto eletrônico, portaria, biblioteca, gestão de patrimônio, controle de frotas, gestão eletrônica de documentos, e que não têm por objetivo o atendimento às áreas finalísticas para a consecução de políticas públicas ou programas temáticos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

43

A sociedade empresária *XPTO*, sediada e localizada no Município de Curitiba, praticou, em seu benefício exclusivo, ato lesivo à Administração Pública do Estado do Paraná. Registre-se que a referida entidade privada pretende se incorporar a outra pessoa jurídica.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A responsabilização da sociedade empresária *XPTO* não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- () A sociedade empresária *XPTO* será responsabilizada subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelo ato lesivo praticado em detrimento da Administração Pública do Estado do Paraná.
- () Subsiste a responsabilidade da sociedade empresária *XPTO* na hipótese de incorporação a outra pessoa jurídica.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – V.

44

João, agente público do Estado do Paraná, deve conceder andamento a três diferentes processos administrativos, sendo certo que, em todos, as partes têm direito à prioridade na tramitação, por diferentes motivos, quais sejam: pessoa portadora de tuberculose ativa; pessoa com 82 anos de idade; e pessoa com deficiência mental.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 20.656/2021, assinale a opção que indica, corretamente, a ordem de prioridade na tramitação desses processos administrativos.

- (A) Pessoa com 82 anos de idade; pessoa portadora de tuberculose ativa; e, por último, pessoa com deficiência mental.
- (B) Pessoa portadora de tuberculose ativa; pessoa com deficiência mental; e, por último, pessoa com 82 anos de idade.
- (C) Pessoa com deficiência mental; pessoa portadora de tuberculose ativa; e, por último, pessoa com 82 anos de idade.
- (D) Pessoa com 82 anos de idade; pessoa com deficiência mental; e, por último, pessoa portadora de tuberculose ativa.
- (E) Pessoa com deficiência mental; pessoa com 82 anos de idade; e, por último, pessoa portadora de tuberculose ativa.

Direito Civil, Empresarial, Penal e ECA

45

Joana, com 17 anos de idade, atua como influencer digital e mantém contrato de trabalho formal com uma empresa de marketing, recebendo regularmente salário e recolhendo contribuições previdenciárias. Com sua renda, alugou um apartamento e passou a viver sozinha, arcando com todas as despesas de maneira autônoma. Seus pais, embora acompanhem sua trajetória, não formalizaram nenhum ato de emancipação, nem por escritura pública nem por autorização judicial.

Em certa ocasião, Joana pretende abrir uma microempresa em seu nome, mas o cartório de registro exige comprovação de sua capacidade plena. Diante disso, Joana afirma ser plenamente capaz, alegando que é emancipada de fato por possuir economia própria decorrente de sua atividade profissional.

Quanto à situação de Joana, considerando o Código Civil brasileiro e a jurisprudência dominante, assinale a afirmativa correta.

- (A) Joana é plenamente capaz por ter renda própria e viver de forma independente, o que configura emancipação tácita, suficiente para o exercício de todos os atos da vida civil.
- (B) A emancipação por economia própria depende de decisão judicial, sendo necessária a autorização do juiz, independentemente da renda auferida.
- (C) Mesmo sem ato formal, o fato de Joana possuir emprego e renda configura emancipação legal, sendo suficiente para o reconhecimento de sua capacidade plena.
- (D) A emancipação por economia própria exige que o menor tenha 16 anos completos, relação de emprego formal e que a emancipação seja formalizada com averbação no registro civil.
- (E) A existência de economia própria somente permite o exercício de certos atos da vida civil, mas não autoriza a plena capacidade, sendo necessária autorização judicial para qualquer ato negocial.

46

Carlos e Marina casaram-se em 2020 sem lavrarem pacto antenupcial.

Carlos, em 2023, adquiriu um imóvel em seu nome exclusivo. Mas, ao tentar vendê-lo, o tabelião de notas exigiu a outorga de Marina. Carlos se opôs, argumentando que o bem era apenas dele por estar registrado exclusivamente em seu nome. Marina, por sua vez, sustentou que o bem foi adquirido durante o casamento e que, portanto, faz parte do patrimônio comum.

Diante da situação apresentada e com base no Código Civil brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Carlos não precisa da outorga de Marina para vender o imóvel, pois o imóvel é seu bem particular.
- (B) Carlos e Marina, por não lavrarem pacto antenupcial, estão automaticamente sob o regime de comunhão universal de bens e, sendo assim, a outorga é necessária.
- (C) Como não foi lavrado pacto antenupcial, o regime de bens é o da comunhão parcial, sendo necessária a outorga de Marina.
- (D) A exigência de outorga conjugal só ocorre se o bem estiver registrado em nome de ambos os cônjuges, independentemente do regime de bens do casamento.
- (E) Carlos pode alienar livremente qualquer bem imóvel, independentemente do regime de bens, desde que não haja oposição formal de Marina.

47

A empresária individual Loanda Mallet, devidamente inscrita na Junta Comercial do Estado do Paraná, recusou-se a apresentar os instrumentos de escrituração de sua atividade aos fiscais da Receita Estadual, sob a alegação de que não havia uma ordem judicial que motivasse a exibição e, portanto, ela era ilegal.

Acerca desta situação e considerando as disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nenhum instrumento de escrituração de empresário regular pode ser examinado por autoridade fazendária sem sua aquiescência, em razão do sigilo legal do seu conteúdo.
- (B) As restrições ao exame da escrituração, em parte ou por inteiro, não se aplicam à autoridade fazendária no exercício da atividade de fiscalização, mesmo sem mandado judicial.
- (C) Exceto em caso de falência, liquidação ou sucessão *causa mortis*, é vedado à autoridade fazendária ordenar a exibição dos instrumentos de escrituração do empresário.
- (D) É lícito à autoridade fazendária ter acesso à escrituração dos empresários, desde que eles sejam cientificados do ato com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência.
- (E) Os instrumentos de escrituração de empresário regular, apenas por ordem judicial podem ser examinados pela autoridade fazendária, limitado o exame às partes objeto de investigação.

48

A sociedade empresária *Ivaí Comércio de Livros e Revistas Ltda.* requereu sua recuperação judicial e teve deferido seu processamento.

Em relação aos efeitos da decisão de processamento sobre as execuções fiscais já ajuizadas em face da devedora, avalie as afirmativas a seguir.

- I. As execuções fiscais em curso em face da devedora ficarão suspensas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, mas novas execuções fiscais poderão ser ajuizadas normalmente.
- II. A decisão de processamento da recuperação judicial não suspende o curso da prescrição das obrigações tributárias da sociedade empresária perante o Fisco.
- III. Estão proibidos quaisquer atos de constrição sobre os bens da devedora, tais como arresto ou penhora, ressalvadas as constrições já realizadas nos executivos fiscais em curso na data da decisão de processamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

49

Assinale a opção que apresenta, corretamente, uma característica singular de uma *cooperativa*, um dos tipos de sociedade previsto no Código Civil.

- (A) A possibilidade de o capital social ser variável ou ser dispensável o capital social.
- (B) O quórum das deliberações assembleares é fundado no capital social representado.
- (C) A cessão das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade depende de autorização dos demais sócios, ainda que por herança.
- (D) A indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, exceto em caso de dissolução da sociedade.
- (E) A distribuição dos resultados é proporcional ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, vedada a atribuição de juro fixo ao capital realizado.

50

Assinale a opção que indica a conduta que constitui *crime de falsificação de documento público*.

- (A) A falsificação de papel-moeda.
- (B) A adulteração de testamento particular.
- (C) A inserção de dados falsos em documento público verdadeiro.
- (D) A emissão de atestado médico falso no âmbito do serviço público de saúde.
- (E) A destruição de documento público verdadeiro, do qual não se podia dispor.

51

Fábio, tomado pela fúria, com intenção de matar João, contra este efetuou um disparo de arma de fogo, que atingiu João em sua mão esquerda.

Após alguns segundos de reflexão, Fábio se acalmou e, embora houvesse munições disponíveis, deixou de efetuar novos disparos e se retirou, sabendo que João sobreviveria, o que de fato aconteceu.

No caso dos autos, é correto afirmar que Fábio deve se beneficiar do(a)

- (A) causa de diminuição da tentativa.
- (B) arrendimento eficaz.
- (C) causa de diminuição da pena do arrendimento posterior.
- (D) crime impossível.
- (E) desistência voluntária.

52

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No que diz respeito ao direito à educação, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente vaga no ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (B) Os pais ou responsáveis de crianças e adolescentes têm direito de ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
- (C) O ensino noturno é atualmente vedado para estudantes menores de 18 (dezoito) anos.
- (D) A Lei nº 8.069/1990 expressamente prevê que a criança e o adolescente têm direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- (E) Incumbe ao Poder Público o atendimento no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Direito Constitucional

53

Ao julgar recurso de apelação, no qual o apelado era pessoa absolutamente incapaz, o Tribunal de Justiça do Estado *Alfa* deu provimento à apelação e julgou a causa de maneira favorável ao apelante.

Na ocasião, adotou, como razões de decidir, os argumentos apresentados no parecer do Ministério Público, que atuara como órgão interveniente. O apelado, no entanto, ao ser intimado do acórdão, considerou-o dissonante da Constituição da República, por carecer de fundamentação idônea.

Em relação ao referido acórdão, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apresenta vício, pois a técnica de motivação *per relationem* somente é admitida nos processos administrativos.
- (B) Não apresenta vício, pois foi adotada mera técnica de remissão, evitando a repetição inútil de textos alheios.
- (C) Apresenta vício, pois a técnica de motivação *aliunde* somente é admitida quando o acórdão põe fim ao processo sem resolução de mérito.
- (D) Apresenta vício, pois é vedada a simples encampação de fundamentados já integrados aos autos, o que afronta o princípio da individualização da decisão.
- (E) Embora a regra geral seja a utilização da técnica de motivação *per relationem*, o acórdão apresenta vício por ser desfavorável aos interesses do incapaz, o que exigiria a apresentação de fundamentos específicos.

54

A Constituição do Estado *Alfa*, após a reforma promovida pela Emenda Constitucional nº Z, passou a dispor sobre as regras processuais a serem observadas pela Assembleia Legislativa por ocasião do julgamento político do Governador do Estado pela prática dos denominados crimes de responsabilidade.

Além disso, dispôs que, na hipótese de condenação, o Chefe do Poder Executivo perderia o cargo e ficaria inabilitado para o exercício de outra função pública pelo prazo de oito anos.

Irresignado com o teor da Emenda Constitucional nº Z, um legitimado ao ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade requereu que o Supremo Tribunal Federal declarasse a sua incompatibilidade com a Constituição da República.

Em relação à conformidade constitucional da Emenda Constitucional nº Z, assinale a afirmativa correta.

- (A) É inconstitucional pois o Estado *Alfa* não possui competência para legislar sobre a matéria.
- (B) É constitucional, pois se trata de matéria essencialmente política, afeta à autonomia do Estado *Alfa*.
- (C) É parcialmente inconstitucional, na parte em que disciplina as regras afetas ao julgamento político do Governador do Estado
- (D) É parcialmente inconstitucional, na parte em que disciplina as sanções cominadas ao Governador do Estado pela prática de crime de responsabilidade.
- (E) É constitucional, desde que tenha sido observada a simetria com o tratamento dispensado pela Constituição da República ao Chefe do Poder Executivo Federal.

55

Maria nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade chadiana, aqui se encontravam em razão de uma pane ocorrida no navio que os transportava. Concluído o reparo do navio, que durou cinco dias, a família seguiu viagem e retornou ao continente africano.

Ao completar dezoito anos de idade, Maria voluntariamente se naturalizou sudanesa. Aos vinte e um anos de idade, decidiu fixar moradia no Brasil, tendo consultado um especialista em relação à sua situação jurídica à luz da ordem constitucional brasileira.

Assinale a opção que indica, corretamente, o esclarecimento prestado pelo especialista.

- (A) Como Maria fixou residência no território brasileiro, ela pode optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, o que lhe será reconhecido em caráter nato.
- (B) Maria é estrangeira, mas pode requerer a sua naturalização, caso resida por dez anos no território brasileiro e mantenha reputação ilibada.
- (C) Por força do critério do *jus soli*, Maria era brasileira, mas, ao se naturalizar sudanesa, perdeu essa nacionalidade, o que não obsta que venha a requerer a sua naturalização, preenchidos os requisitos exigidos.
- (D) Por força do critério do *jus soli*, Maria é brasileira, o que não depende da observância de qualquer outro requisito, além de a nacionalidade não ter sido afetada por sua naturalização voluntária como sudanesa.
- (E) Como seus pais não eram residentes no Brasil, prevalece o critério do *jus sanguinis*, de modo que ela é estrangeira, mas, por ser oriunda de país africano, pode requerer a sua naturalização após residir um ano no território brasileiro.

56

O Chefe do Poder Executivo do Estado *Alfa* encaminhou o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa.

No curso do processo legislativo, foram debatidas, no âmbito da Comissão de Orçamento e Finanças, as dotações orçamentárias destinadas a certas políticas públicas, considerando as despesas realizadas no exercício anterior. Na ocasião, o líder da oposição considerou que o Poder Legislativo deveria levar em consideração os resultados da avaliação das políticas públicas que teriam continuidade no próximo exercício financeiro, o que foi objeto de resistência pelo líder do governo, considerando o caráter autorizativo da lei orçamentária e a separação dos poderes.

Sobre a hipótese, à luz da sistemática orçamentária, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Lei Orçamentária Anual, ressalvadas as despesas obrigatórias e as emendas de caráter impositivo, tem natureza meramente autorizativa; logo, a análise pretendida pelo líder da oposição afrontaria a separação dos poderes.
- (B) A avaliação, na perspectiva do ciclo das políticas públicas, é realizada após a sua conclusão, o que permite identificar a conveniência, ou não, de sua continuidade, logo, a análise defendida pelo líder da oposição é inviável no momento sugerido.
- (C) A Lei Orçamentária Anual deve, necessariamente, levar em consideração os resultados da avaliação das políticas públicas, realizada pela Administração Pública em conformidade com a lei, como preconizado pelo líder da oposição.
- (D) A Lei Orçamentária Anual, como o Poder Legislativo é responsável pelo controle externo do Executivo, deve levar em consideração a avaliação das políticas públicas realizada na forma desse controle, de modo segmentado da avaliação realizada pela Administração Pública.
- (E) A avaliação das políticas públicas deve ser realizada por ocasião da análise, pelo Poder Legislativo, das contas anuais de governo, dizendo respeito à realização da despesa pública, não propriamente à autorização para a sua realização, não devendo ser acolhido o argumento do líder da oposição.

57

Na discussão do projeto de Lei Orçamentária Anual, João, Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado *Sigma*, desejava apresentar emenda parlamentar ampliando as dotações direcionadas a determinado programa de trabalho.

O Deputado consultou sua assessoria jurídica sobre a possibilidade de apresentar uma emenda dessa natureza. Assinale a opção que indica, corretamente, o esclarecimento prestado pela assessoria.

- (A) A emenda pode ser apresentada, observados os demais requisitos exigidos, a partir da anulação de inversões financeiras.
- (B) A possibilidade de apresentação de emenda está condicionada à observância dos limites estabelecidos para as emendas na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) A emenda pode ser apresentada, observados os demais requisitos exigidos, a partir da anulação de despesas relacionadas a juros da dívida pública.
- (D) Como se trata de projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, é vedada a apresentação de emendas parlamentares que aumentem a despesa.
- (E) A emenda pode ser apresentada, observados os demais requisitos exigidos, a partir da anulação de despesas relacionadas à implementação de gratificações de pessoal ainda não implementadas.

58

Com o objetivo de conferir maior celeridade ao processo de execução civil, fazendo com que os credores recebam de forma mais célere os respectivos créditos, o que aumentaria a confiabilidade das instituições e atrairia investidores para o Brasil, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº X (MPX), dispondo sobre a matéria. No momento da edição da MPX, estava em tramitação o Projeto de Lei nº Y (PLY), que fora aprovado pela Câmara dos Deputados e seria analisado no dia seguinte pelo plenário do Senado Federal.

O PLY teve a sua tramitação suspensa após a edição da MPX, sendo esta última aprovada sem alterações, com posterior promulgação da lei nº Z (LZ) pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Sobre a hipótese, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) MPX e a LZ não apresentam vício.
- (B) LZ foi promulgada por autoridade incompetente.
- (C) MPX somente apresenta vício em relação ao seu objeto.
- (D) MPX apresenta vício, que foi superado pela promulgação da LZ.
- (E) MPX somente apresenta vício em relação ao momento de sua edição, considerando a tramitação do PLY.

59

A Emenda Constitucional nº X (ECX) instituiu um novo imposto de competência da União. Já a Lei Complementar nº Y (LCY) também instituiu um novo imposto de competência desse ente federativo, que é não cumulativo com os já existentes e não tem fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição da República.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) O imposto instituído pela LCY não está sujeito ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- (B) Apenas o produto da arrecadação do imposto instituído pela LCY deve ser repartido com os Estados e o Distrito Federal.
- (C) O produto da arrecadação dos impostos instituídos pela ECX e pela LCY deve ser repartido com os Estados e o Distrito Federal.
- (D) O produto da arrecadação dos impostos instituídos pela ECX e pela LCY não deve ser repartido com os Estados e o Distrito Federal.
- (E) O imposto instituído pela ECX, caso afaste a incidência do princípio da anterioridade tributária, pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro.

60

Após ampla mobilização das lideranças partidárias da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, foi aprovada a Emenda Constitucional nº X, que alterou a Constituição Estadual.

De acordo com a alteração, constante do Art. Y, foi assegurado o diferimento do recolhimento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, observados critérios que conjugavam o número de postos de trabalho abertos pelas sociedades empresárias que se instalassem no Estado *Alfa*, bem como o nível de desenvolvimento humano da respectiva região. O mesmo preceito, no entanto, ressaltava que poderiam ser excluídas do seu alcance as sociedades empresárias que explorassem as atividades definidas em lei, cujo rol seria influenciado pela sua participação na arrecadação tributária.

É correto afirmar que a interpretação do referido Art. Y enseja o delineamento de uma norma de eficácia

- (A) plena e de aplicabilidade imediata.
- (B) diferida e de aplicabilidade mediata.
- (C) contida e de aplicabilidade imediata.
- (D) limitada e de aplicabilidade mediata.
- (E) institutiva e de aplicabilidade mediata.

Legislação Tributária

61

Carlos, residente em Curitiba/PR, adquiriu um automóvel novo em uma concessionária localizada em São Paulo/SP. Após a compra, providenciou o registro e o licenciamento do veículo em seu domicílio, no Paraná.

Considerando as regras constitucionais sobre a competência tributária e os impostos incidentes na hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) O IPVA é de competência do Estado de São Paulo, onde ocorreu a aquisição.
- (B) O ICMS da operação de venda do veículo deve ser recolhido exclusivamente ao Estado de destino, ou seja, no Paraná.
- (C) O IPVA é de competência estadual e deve ser recolhido ao Estado do Paraná.
- (D) A Constituição atribui aos Municípios a competência para instituir o IPVA, cabendo ao Paraná apenas arrecadar.
- (E) Por se tratar de operação interestadual, nenhum Estado poderá cobrar ICMS ou IPVA, sob pena de bitributação.

62

A sociedade empresária *Alfa, Indústria de Alimentos Ltda.*, sediada no Estado X, realizou uma venda interestadual de mercadorias para o Estado Y.

O setor fiscal da sociedade empresária busca compreender as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que alterou o Sistema Tributário Nacional, no tocante ao tratamento da tributação sobre o consumo nessas operações.

Considerando as inovações da referida Emenda, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será um imposto de competência exclusivamente estadual, substituindo o ICMS, e será arrecadado diretamente pelos Estados.
- (B) A arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será feita pela União, que repassará aos entes federados segundo os critérios definidos por emenda constitucional específica.
- (C) O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será instituído por lei complementar e arrecadado por Comitê Gestor composto exclusivamente por representantes da União e dos Estados.
- (D) O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será um imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, com administração centralizada em um Comitê Gestor.
- (E) O novo modelo mantém a tributação no local de origem das operações, favorecendo os Estados produtores.

63

Uma indústria estabelecida no Estado *Alfa* realiza venda de produtos a um atacadista situado no Estado *Beta*. As mercadorias estão sujeitas ao regime de substituição tributária “para frente” do ICMS (ICMS-ST), conforme convênio firmado entre os dois Estados.

Quanto à responsabilidade tributária e à base de cálculo da substituição tributária, considerando as disposições da Lei Complementar nº 87/1996, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ICMS-ST será calculado com base exclusivamente no valor da operação própria do substituído.
- (B) O remetente situado no Estado *Alfa* é o responsável pelo recolhimento do ICMS da substituição tributária.
- (C) O ICMS-ST deve ser recolhido exclusivamente pelo destinatário, pois ele promoverá a revenda das mercadorias.
- (D) O ICMS-ST não se aplica às operações interestaduais, sendo restrito a operações internas.
- (E) O regime de substituição tributária afasta o direito de restituição do imposto pago antecipadamente, mesmo se o fato gerador presumido não se realizar.

64

Uma sociedade empresária paranaense do setor de tecnologia desenvolveu *softwares* personalizados para clientes no exterior. Os programas são produzidos no Brasil e entregues digitalmente aos clientes internacionais por meio de servidores *online*.

A sociedade empresária quer saber se, com a futura vigência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tais operações estarão sujeitas à incidência do novo tributo.

Sobre o tema, com base na Lei Complementar nº 214/2025, assinale a afirmativa correta.

- (A) As exportações de serviços não estão contempladas pela imunidade ao IBS, que se aplica exclusivamente à exportação de bens tangíveis.
- (B) A exportação do *software* será tributada pelo IBS, salvo se envolver bens corpóreos embarcados fisicamente para fora do território nacional.
- (C) As exportações de bens e serviços estão imunes ao IBS, conforme previsão expressa da Lei Complementar nº 214/2025.
- (D) A imunidade ao IBS só se aplica às exportações realizadas por sociedades empresárias industriais cadastradas no regime especial de exportadores.
- (E) A operação descrita será tributada pelo IBS, pois o *software* entregue digitalmente não se enquadra como exportação de bens.

65

Um consumidor final, pessoa física não contribuinte do ICMS, residente em Curitiba/PR, adquiriu pela internet um eletrodoméstico de uma sociedade empresária localizada em São Paulo/SP. A operação de venda se realizou de forma interestadual, com entrega do bem diretamente ao comprador paranaense.

Quanto à incidência do ICMS nessa operação, considerando o disposto na Lei Estadual nº 11.580/1996, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ICMS é devido integralmente ao Estado de origem (São Paulo), já que o remetente é o único contribuinte da operação.
- (B) O ICMS é devido exclusivamente ao Estado do Paraná, uma vez que o destinatário final se encontra nesse Estado.
- (C) O ICMS não incide sobre essa operação, pois o comprador não é contribuinte do imposto.
- (D) O ICMS incide sobre a operação e é partilhado entre o Estado de origem e o Estado de destino, cabendo ao Estado do Paraná o diferencial de alíquotas (DIFAL).
- (E) O ICMS incide apenas se o bem adquirido estiver sujeito à substituição tributária.

66

Um Estado da Federação pretende alterar sua legislação tributária para elevar a alíquota interna do ICMS incidente sobre produtos alimentícios de consumo popular, como arroz, feijão e leite, visando ao aumento imediato da arrecadação.

Durante análise técnica da proposta, um auditor fiscal estadual manifestou sua preocupação quanto à compatibilidade da medida com os princípios constitucionais vigentes.

Com relação à preocupação do auditor, segundo a Constituição Federal, especialmente em relação às alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que já estão em vigor, assinale a afirmativa correta.

- (A) A proposta é constitucional, desde que haja previsão em lei estadual aprovada pela maioria absoluta dos deputados.
- (B) A proposta é constitucional, pois os Estados possuem competência tributária plena e a Constituição Federal não impõe limites materiais à majoração de alíquotas.
- (C) A proposta fere a Constituição Federal, pois contraria o dever de buscar a atenuação dos efeitos regressivos da tributação.
- (D) A proposta viola o princípio da legalidade, visto que somente lei federal pode alterar as alíquotas de ICMS.
- (E) A proposta é inconstitucional, pois somente o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) pode propor alterações na alíquota interna de ICMS dos Estados.

67

Um cidadão brasileiro, atualmente domiciliado nos Estados Unidos da América, efetuou a doação de um automóvel a seu sobrinho, residente no Estado do Paraná. A autoridade tributária paranaense identificou a operação e avaliou a possibilidade de cobrança do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD).

Diante do caso concreto e da norma constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exigência do ITCMD só será possível após a edição de lei complementar federal, que regule a competência nos casos em que o doador tiver domicílio ou residência no exterior.
- (B) Não incide o imposto em caso de doações internacionais, por ausência de competência expressa dos Estados.
- (C) A competência para instituir o ITCMD sobre essa doação é do Estado do Paraná, até que sobrevenha lei complementar federal que regule a matéria.
- (D) O ITCMD é inconstitucional nesse caso, pois envolve bem móvel e doador no exterior, situação vedada pela jurisprudência consolidada.
- (E) A competência para cobrar o ITCMD, nesse caso, é da União, que detém competência suplementar quando o doador reside no exterior.

68

Durante uma auditoria fiscal, o auditor estadual verificou que determinado benefício fiscal de ICMS — na forma de crédito presumido — foi concedido por lei estadual, sem a celebração de convênio com os demais Estados e o Distrito Federal.

Diante dessa situação, à luz da Lei Complementar nº 24/1975, assinale a afirmativa correta.

- (A) O benefício é nulo, pois deveria ter sido aprovado por convênio unânime e ratificado por todas as Unidades da Federação.
- (B) O crédito presumido é válido, pois o ICMS é de competência estadual, e cada Estado pode definir unilateralmente seus benefícios.
- (C) A concessão é válida, desde que aprovada por maioria simples dos Estados em reunião do CONFAZ.
- (D) O benefício é válido, desde que o Senado Federal tenha autorizado previamente a concessão.
- (E) O benefício é considerado válido se nenhum Estado se manifestar contra no prazo de 30 dias da publicação no Diário Oficial da União.

69

Joana adquiriu, em 15 de setembro de 2024, um veículo usado no Estado do Paraná. O antigo proprietário não havia quitado o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) daquele ano.

Ao tentar licenciar o veículo, Joana foi informada de que, além do valor integral do imposto de 2024, seriam devidos juros e multa pelo atraso. Inconformada, alegou que não deveria ser responsabilizada por uma dívida que não contraiu.

Com base na Lei estadual nº 14.260/2003, assinale a afirmativa correta.

- (A) Joana não pode ser responsabilizada, pois o fato gerador ocorreu antes da aquisição do veículo.
- (B) Joana deve pagar apenas a fração proporcional do imposto, calculada a partir da data da aquisição.
- (C) A cobrança é válida apenas se Joana for notificada formalmente da dívida até 31 de dezembro de 2024.
- (D) A transferência da propriedade afasta a responsabilidade de Joana apenas se ela desconhecesse a existência da dívida no momento da aquisição.
- (E) Joana é responsável solidária pelo pagamento integral do IPVA de 2024, incluindo os acréscimos legais.

70

Durante a análise de um processo administrativo fiscal, a autoridade julgadora do Estado do Paraná identificou que o auto de infração lavrado contra a sociedade empresária *Alfa* continha um erro na indicação da legislação aplicável, contendo, contudo, elementos suficientes para a determinação do crédito tributário. O processo já se encontrava em fase de julgamento em primeira instância, e a sociedade empresária havia apresentado tempestivamente sua reclamação.

Considerando a legislação aplicável, especificamente a Lei Estadual nº 18.877/2016, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal no âmbito do Estado do Paraná, assinale a afirmativa correta.

- (A) A existência do erro torna o auto de infração nulo, devendo ser cancelado de ofício pela autoridade julgadora.
- (B) O erro não pode ser corrigido, pois a formalização do crédito tributário já ocorreu, e a fase de defesa está encerrada.
- (C) O erro pode ser corrigido pela unidade lançadora a qualquer tempo, ainda que o processo esteja em julgamento.
- (D) O erro pode ser corrigido pela autoridade julgadora, de ofício, sem que isso implique nulidade do auto de infração.
- (E) Identificado o erro após a apresentação da reclamação, o auto de infração somente pode ser cancelado por requerimento expresso da sociedade empresária *Alfa*.

Direito Tributário

71

Em relação à competência tributária e ao papel da lei complementar no Sistema Tributário Nacional, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A lei complementar desempenha papel relevante no direito tributário, sendo necessária para definir elementos essenciais dos impostos (fato gerador, base de cálculo e contribuintes), para instituir tributos no exercício da competência residual da União e para dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre os entes federados.
- II. Com fundamento no princípio federativo, os Estados e o Distrito Federal podem, por meio de lei ordinária estadual, dispor sobre matérias como a base de cálculo do ICMS, desde que não ultrapassem os limites previstos pela Constituição Federal.
- III. Segundo o STF, a lei complementar que instituiu certa contribuição, cuja matriz jurídica consta expressamente na Constituição, tem natureza materialmente ordinária no que tange aos dispositivos que tratam da contribuição, mantendo apenas a forma de lei complementar.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

72

Considere a seguinte situação hipotética. A lei ordinária federal “X”, publicada em 30 de dezembro de 2024, instituiu uma nova contribuição social residual, não prevista expressamente no rol do Art. 195 da Constituição, que passa a incidir sobre receitas de exportação de serviços de tecnologia.

A lei “X” estabeleceu a entrada em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros imediatos.

Analisando a situação à luz dos princípios constitucionais tributários e das normas gerais de direito tributário, assinale a opção que avalia corretamente a constitucionalidade e a aplicabilidade temporal da nova contribuição.

- (A) A contribuição é constitucional, pois a União detém competência residual para instituir novas fontes de custeio para a seguridade social, conforme o Art. 195, § 4º, da Constituição e, por sua natureza de contribuição social, não se submete ao princípio da anterioridade anual, podendo ser exigida imediatamente após a publicação da lei.
- (B) A instituição da contribuição é inconstitucional, pois a competência residual da União para novas contribuições sociais, prevista no Art. 195, § 4º, da Constituição, exige lei complementar, conforme remissão ao Art. 154, I, da própria Constituição. Ademais, a incidência sobre receitas de exportação viola a imunidade prevista no Art. 149, § 2º, I, da Constituição.
- (C) A contribuição é formalmente constitucional por ter sido instituída por lei ordinária, mas sua cobrança imediata é inconstitucional, pois, embora as contribuições sociais não se submetam à anterioridade anual, devem respeitar a noventena prevista no Art. 195, § 6º, da Constituição, exigindo-se o decurso de noventa dias desde a publicação da lei.
- (D) A exigência é constitucional em todos os aspectos, visto que a competência residual da União permite a criação de novas contribuições por lei ordinária, e a urgência na arrecadação para a seguridade social justifica a não aplicação dos princípios da anterioridade anual e da noventena para essa espécie tributária.
- (E) A contribuição é materialmente inconstitucional por incidir sobre receitas de exportação, violando a imunidade do Art. 149, § 2º, I, Constituição, mas, caso não houvesse essa vedação material, sua instituição por lei ordinária seria válida e a cobrança poderia ocorrer após noventa dias da publicação.

73

Acerca do princípio tributário *pecunia non olet*, que determina a possibilidade de tributação de atividades ilícitas, e considerando a interpretação do Art. 118 do Código Tributário Nacional, avalie as afirmativas a seguir.

- I. De acordo com o STF, é possível a tributação da renda obtida com atividades ilícitas, pois o pagamento do tributo não é uma sanção, mas uma arrecadação decorrente do lucro percebido, independentemente da fonte geradora.
- II. Conforme a jurisprudência do STJ, para fins de tributação, deve-se abstrair da validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes, ainda que tenham objeto ou efeitos ilícitos, devendo ser considerada a expressão econômica do fato.
- III. Quando as autoridades fiscais flagrarem a prática de atos ilícitos durante a sua execução, como nas hipóteses de contrabando ou descaminho, não deverá ocorrer a tributação, mas a aplicação de penas administrativas, como o perdimento dos bens, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

74

A respeito da responsabilidade tributária de terceiros e dos sucessores, considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores, avalie os itens a seguir.

- I. Na aquisição de filial em processo de recuperação judicial, o adquirente responde pelos tributos devidos pelo alienante até a data do negócio, mesmo que este prossiga na exploração da mesma atividade.
- II. Segundo o entendimento do STJ, em sede de recurso repetitivo, é possível o redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, mesmo não exercendo função de gerência à época do fato gerador, era administrador da empresa ao tempo da dissolução irregular.
- III. As pessoas referidas no Art. 134 do CTN, como os pais, tutores, curadores e inventariantes, são responsáveis subsidiários com o contribuinte pelos tributos devidos por este, independentemente da impossibilidade de cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

75

Determinada sociedade empresária, prestadora de serviços no Município Y, foi notificada para o pagamento de uma Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos, calculada com base no número de empregados da sociedade e na metragem quadrada de sua sede. Contestando a cobrança, a sociedade empresária alegou a inconstitucionalidade da taxa.

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores sobre taxas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A taxa é inconstitucional, pois usa elementos próprios de impostos, como base de cálculo, como a metragem do estabelecimento, que é parâmetro utilizado para o IPTU.
- (B) A taxa é constitucional, pois o entendimento pacífico do STF permite o uso de quaisquer elementos da base de cálculo de impostos para a fixação do valor das taxas, ainda que haja integral identidade entre estes.
- (C) A taxa é inconstitucional quanto ao uso do número de empregados como elemento para sua quantificação, pois, de acordo com o STF, as taxas devem guardar correlação com o custo do serviço específico que as motiva ou com a atividade do poder de polícia.
- (D) A taxa é constitucional, pois o STF firmou entendimento de que a vedação à utilização de base de cálculo própria de impostos não se aplica às taxas decorrentes do exercício do poder de polícia.
- (E) A taxa é constitucional, por não violar os princípios da capacidade contributiva e da proporcionalidade, que, segundo o STF, não se aplicam à espécie, posto que as taxas devem apenas refletir o custo aproximado da atividade estatal.

76

Durante procedimento fiscal regular, um auditor tributário do Estado do Paraná solicitou documentos que continham informações protegidas por sigilo comercial da sociedade empresária fiscalizada.

Neste caso, segundo as disposições do Código Tributário Nacional, o auditor

- (A) não poderá acessar documentos que contenham sigilo comercial, exceto mediante autorização judicial específica.
- (B) só poderá acessar tais documentos mediante a assinatura de termo específico de confidencialidade junto ao contribuinte.
- (C) não terá acesso a documentos protegidos por sigilo comercial, exceto mediante prévia concordância expressa do contribuinte.
- (D) poderá requisitar tais documentos, já que o sigilo comercial não é oponível à autoridade fiscal no exercício regular da fiscalização.
- (E) poderá acessar documentos protegidos por sigilo comercial apenas se houver denúncia formal indicando suspeita de crime tributário.

77

Considere a seguinte situação hipotética.

O Brasil celebrou um tratado internacional com o país A para evitar a dupla tributação do imposto sobre a renda. O tratado foi aprovado por Decreto Legislativo do Congresso Nacional e promulgado mediante Decreto do Presidente da República, entrando em vigor em 01/10/2024.

O tratado estabelece que os lucros obtidos por uma sociedade empresária residente no Brasil, decorrentes de um estabelecimento permanente situado no país A, podem ser tributados naquele país, mas o Brasil deve conceder um crédito fiscal correspondente ao imposto pago em A, limitado ao imposto brasileiro sobre esses mesmos lucros.

Uma Lei Ordinária brasileira posterior (Lei nº 30.000/2025), visando aumentar a arrecadação, revogou a possibilidade de creditamento do imposto pago no exterior prevista no tratado, determinando a tributação integral dos lucros auferidos no exterior, sem qualquer dedução.

Avalie a situação proposta e assinale a afirmativa correta.

- (A) A Lei nº 30.000/2025 é válida e aplicável, pois a lei posterior revoga as disposições de lei anterior, inclusive aquelas incorporadas por tratados internacionais, de acordo com o princípio da soberania nacional.
- (B) A Lei nº 30.000/2025 é inválida por vício formal, pois a alteração de regras sobre tributação de lucros no exterior dependeria de Lei Complementar, e não de Lei Ordinária.
- (C) A Lei nº 30.000/2025 não se aplica às situações regidas pelo tratado internacional, pois conforme o CTN, os tratados e convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- (D) O tratado internacional, aprovado por Decreto Legislativo, possui *status* de Lei Ordinária. Portanto, a Lei nº 30.000/2025, por ser posterior e específica, revoga as disposições do tratado no âmbito interno, sendo plenamente aplicável.
- (E) A Lei nº 30.000/2025 só poderia revogar o tratado se fosse uma Emenda Constitucional, pois tratados de direitos humanos (como o direito fundamental de não ser duplamente tributado) ingressam no ordenamento jurídico brasileiro com *status* constitucional.

78

A Fazenda Pública Municipal, após procedimento regular de fiscalização, constatou que a *sociedade empresária Comércio Varejista Ltda.* deixou de recolher o ISSQN referente aos meses de janeiro a junho de 2019.

A sociedade empresária foi notificada do lançamento de ofício, incluindo o principal, juros e multa, em 15 de agosto de 2024, e não apresentou impugnação administrativa.

Considerando as regras sobre constituição e extinção do crédito tributário, especialmente a decadência e a prescrição, assinale a alternativa correta.

- (A) O crédito tributário referente aos meses de janeiro a junho de 2019 já se encontrava extinto pela decadência quando da notificação do lançamento em 15 de agosto de 2024, pois o prazo decadencial de cinco anos, nos tributos lançados de ofício, conta-se da ocorrência do fato gerador.
- (B) A notificação do lançamento em 15 de agosto de 2024 interrompeu o prazo decadencial, que é de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; portanto, o crédito não está decaído e a Fazenda terá cinco anos a partir da constituição definitiva para propor a execução fiscal.
- (C) O crédito tributário não decaiu, pois o prazo de cinco anos conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Assim, para os fatos geradores entre janeiro e junho de 2019, o prazo iniciou-se em 01/01/2020, de forma que o lançamento em agosto de 2024 foi tempestivo.
- (D) Tratando-se de ISSQN, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não tendo havido pagamento antecipado, aplica-se a regra do Art. 173, inciso I, do CTN para a contagem da decadência. O lançamento foi tempestivo e a prescrição para cobrança já começou a correr da data da notificação do lançamento.
- (E) A decadência fulminou o crédito, pois o prazo de cinco anos conta-se do fato gerador (Art. 150, § 4º, do CTN). De qualquer forma, o tributo não poderia ser cobrado, pois também houve prescrição na hipótese.

79

A sociedade empresária Consultoria ABC Ltda. foi contratada para prestar serviços de assessoria empresarial. No contrato, ficou estipulado que a contratante, *Indústrias Totais S.A.*, seria responsável pelo pagamento de todos os tributos incidentes sobre o serviço, inclusive o ISSQN devido pela *Consultoria ABC*.

A *Consultoria ABC* emitiu a nota fiscal correspondente, mas não recolheu o ISSQN no prazo legal. O Município, ao fiscalizar a *Consultoria ABC*, lavrou auto de infração exigindo o imposto não pago. Em sua defesa, a *Consultoria ABC* alega que a responsabilidade pelo pagamento é da contratante, conforme prevê a cláusula contratual.

Com base nessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alegação é válida, pois o contrato firmado entre as partes tem força de lei entre elas e transferiu validamente a responsabilidade tributária para a *Indústrias Totais S.A.*, que passa a ser a única devedora perante o Fisco.
- (B) A alegação é válida, pois a *Indústrias Totais S.A.*, ao assumir o ônus tributário no contrato, configurou-se como responsável por substituição tributária "para frente", devendo o Fisco cobrar diretamente dela.
- (C) A alegação é parcialmente válida. Embora a *Consultoria ABC* continue sendo a contribuinte (sujeito passivo direto), a *Indústrias Totais S.A.* tornou-se responsável solidária pelo pagamento do tributo em virtude do contrato, podendo o Fisco cobrar de qualquer uma delas.
- (D) A alegação é válida perante o Fisco, mas a *Consultoria ABC*, caso pague o tributo, terá direito de regresso contra a *Indústrias Totais S.A.*, por força da solidariedade tributária existente entre elas.
- (E) A alegação não é válida perante o Fisco Municipal, pois as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos não podem ser opostas à Fazenda Pública, de modo que a *Consultoria ABC* continua como contribuinte do ISSQN.

80

Um contribuinte, após ser notificado de um lançamento de ofício referente ao Imposto sobre a Renda Pessoa Física (IRPF) sobre ganhos de capital não declarados, apresentou impugnação administrativa tempestiva, questionando a base de cálculo utilizada pela Receita Federal.

Durante o trâmite do processo administrativo fiscal, que se estende por três anos até a decisão final desfavorável ao contribuinte, este obtém uma liminar em Mandado de Segurança determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Após o trânsito em julgado da decisão administrativa e a cassação da liminar, a Fazenda Nacional inscreve o débito em Dívida Ativa.

Considerando as causas de suspensão e extinção do crédito tributário, assinale a opção que analisa os efeitos dos atos praticados.

- (A) A impugnação administrativa e a liminar em Mandado de Segurança suspenderam a exigibilidade do crédito, impedindo a fluência do prazo prescricional durante todo o período. A inscrição em Dívida Ativa só foi possível após a decisão administrativa final e a cassação da liminar.
- (B) Apenas a liminar em Mandado de Segurança suspendeu a exigibilidade e a prescrição. A impugnação administrativa não tem efeito suspensivo sobre o prazo prescricional, apenas sobre a exigibilidade para fins de cobrança imediata.
- (C) A impugnação administrativa suspendeu a exigibilidade, mas não o prazo prescricional. A liminar suspendeu tanto a exigibilidade quanto a prescrição. A inscrição em Dívida Ativa só poderia ocorrer após o fim de ambas as causas suspensivas.
- (D) A impugnação administrativa suspendeu a exigibilidade e o prazo prescricional. A liminar, por ser posterior, interrompeu o prazo prescricional, nos termos do Art. 174 do CTN.
- (E) Nem a impugnação nem a liminar suspendem o prazo prescricional, apenas a exigibilidade. O prazo prescricional continuou fluindo e, caso decorridos cinco anos desde a constituição definitiva (após a decisão administrativa), o crédito estará prescrito, mesmo com a inscrição em Dívida Ativa.

Realização

